

**CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS (CEP)**

**Primeiro semestre**

**Ciclo II**

**5ª feira de manhã**

**Laura de Borba Moosburger**

**Mai de 2016**

## **A posição da escuta e a aniquilação do sujeito do desejo**

**Resumo:** A partir de uma dúvida surgida em aula, abordo a questão da posição de sujeito do psicanalista na clínica, que seria a de um sujeito da escuta em contraposição à de um sujeito do desejo – por sua vez reservada ao analisando. Apontando alguns dos problemas que poderiam ocorrer na clínica no caso de uma não observância dessa distinção essencial, aponto para duas qualidades que podem ser consideradas essenciais no exercício da psicanálise: a suspeita e o distanciamento.

Uma das falas que mais me chamou a atenção, ainda no primeiro ciclo do curso, foi a de uma professora que, após alguém colocar uma questão acerca da posição do psicanalista como sujeito, disse, categoricamente: “não tem sujeito”. A aula estava no fim e não foi possível explorar essa questão, que na época ficou um pouco como um enigma.

Certamente não se trata de uma afirmação simples, passível de ser tomada ao pé da letra de forma unívoca e válida para todo e qualquer sentido em que se empregue a palavra “sujeito”. Se assim fosse, o trabalho que redigi no primeiro ciclo, por exemplo, sobre a relação de confiança e suspeita entre analista e analisando, estaria por princípio absolutamente errado, pois ali falo na relação entre dois sujeitos fundada na forma dialógica essencial “eu e tu”. Se o analista não for um sujeito, não há relação, não há análise. Inversamente, se ele escuta, é um sujeito. Certamente não foi nesse sentido que foi dito “o analista não é um sujeito”. Pensei então que se tratasse mais do fato de que o analista

não deve levar pressupostos subjetivos para a clínica, que deve deixar de fora suas opiniões, crenças e experiências, e colocar-se numa posição completamente neutra. Mas também me incomodou a ideia de supor possível um ser humano despojar-se de todos os seus pressupostos, de suas experiências. Por mais neutro que o psicanalista se proponha a ser, não há como tornar-se uma absoluta *tabula rasa*, muito embora isso seja justamente o que ele busca ser. Recentemente, porém, dei-me conta de que talvez também não fosse exatamente isso que estava implícito na frase “o analista não é um sujeito”, isto é, que ele deva ser uma absoluta *tabula rasa*. O que afinal veio a responder com mais exatidão essa pergunta, para mim, foi a fala de um outro professor, em uma aula mais recente do segundo ciclo, que dizia mais ou menos assim: “o analista é aniquilado para que surja o desejo do outro”. Neste momento, tudo fez sentido. É claro: trata-se do desejo. Do sujeito do desejo. Apenas depois fui descobrir que esta é uma formulação lacaniana.

O analista não pode ouvir com o seu próprio desejo, este seria um dos pecados capitais em psicanálise, um pecado tanto epistemológico quanto ético. O analista deve tornar-se o depositário e ao mesmo tempo o espelho do desejo de um outro. Na medida em que somos feitos de desejo, a alteridade enquanto tal requer o aniquilamento daquele que está ali para ouvir, não para desejar. O professor que fez essa observação acrescentou: “é um preço caro que o analista paga”. Trata-se, de fato, de uma aniquilação, exigindo do analista um esforço verdadeiramente estoico para estar completamente ali, disponível para o outro,

em uma espécie abstinência com seus próprios desejos e sem permitir que suas reações, na análise, sejam movidas pelo desejo.

Não se trata de uma tarefa fácil e penso que esse imperativo da psicanálise pode ser negligenciado de várias maneiras, dentre as quais entrevejo duas que mais me chamam a atenção.

Isso pode ocorrer sob a forma de um desejo do analista no próprio exercício da psicanálise, que mais se regozija com o poder de sua situação de ‘suposto saber’ – por vezes com traços de sadismo – do que de fato está ali *para o outro*. Se o regozijo dessa posição atuar em primeiro plano, ou mesmo não em primeiro plano mas em um alto grau, o desejo do analista se sobrepõe ao do analisando, e o analista estará longe de poder acessar o conteúdo trazido por ele, acesso que já é relativo, dúbio e, em sentido estrito, impossível. Essa observação pode parecer apontar para casos extremos, exceções entre os psicanalistas; por outro lado, a própria psicanálise nos ensina a não subestimar a força do desejo e do inconsciente. O regozijo do poder e o sadismo também podem atuar inadvertidamente. E especialmente na abordagem lacaniana, que considera a angústia do analisando como algo que deve ser mantido, corre-se o risco de uma espécie de sadismo com a angústia do outro. Uma coisa pode transformar-se na outra sob a aparência de que se trata “apenas” de sustentar a angústia. Assim, o imperativo da suspeita, de que falamos no trabalho do primeiro ciclo, deve aqui ser especialmente direcionado para o analista.

Um segundo modo como essa negligência pode ocorrer seria aquele de boa-fé, seja por ingenuidade, seja por limitação do analista perante questões

específicas de um analisando. O analista pode ter uma opinião muito arraigada sobre certo assunto, pode ter vivenciado na pele uma situação *semelhante* à que o analisando traz e, por exemplo, discordar veementemente (em seu íntimo) do modo como este está encarando e colocando as coisas. Poderá então conduzir o diálogo no sentido de “mostrar” para o analisando a atitude certa, a solução correta, como se o que foi melhor para si devesse naturalmente ser melhor para o paciente também. Não é que esse sentimento de semelhança nas situações vividas seja algo que se possa ou deva extirpar; o perigo neste caso estaria mais exatamente num segundo passo, o da *identificação*: o analista se vê no analisando, toma para consideração o material trazido por este a partir de seu lugar como sujeito de desejo, concreto, que vivenciou as experiências X e Y, suposta ou efetivamente semelhantes às do analisando. Se um analista operar no registro da identificação, já não estará mais ouvindo o analisando, mas somente a si mesmo; é um sujeito de desejo, não de escuta. A identificação é algo que se espera vir do lado do analisando, como uma possível forma da transferência. Mas o contrário seria totalmente antipsicanalítico. Por distinta que seja da primeira forma de negligência, também esta radica na real existência e atuação de um inconsciente no analista, que uma vez mais precisa desconfiar de si mesmo e de seu lugar de suposto saber.

Estes são dois erros que podem ser cometidos e devem ser evitados. Mas há ainda um outro tipo de desafio que diz respeito à desconfortável posição do analista frente a possíveis investidas do paciente sobre sua pessoa, que suponho acontecer com muita frequência na clínica, o que os professores

confirmam com os casos que trazem para as aulas. O lugar de um sujeito de escuta que não é um sujeito de desejo demanda um distanciamento considerável em relação a si mesmo; ele está ali disponível para o outro, e ao mesmo tempo tem de saber que, se o analisando ofendê-lo, testá-lo ou desafiá-lo, por exemplo, não pode levar isso como uma ofensa ou uma investida contra sua própria pessoa. Tem não apenas de saber que está ocupando um papel transferencial, no qual o paciente irá projetar suas tensões internas, mas também saber efetivamente lidar com isso, fazer uso clínico disso. É no sujeito da escuta que essas investidas devem bater e ressoar, não no sujeito do desejo. Certa vez ouvi uma anedota sobre Buda que me parece ilustrar essa condição de maneira muito clara e precisa. Conta-se que Buda caminhava tranquilamente com seu discípulo quando alguém se aproximou deles e começou a esbravejar ofensivamente contra Buda. Este nada disse, manteve-se impassível e continuou seu caminho. Então seu discípulo, incomodado, perguntou: “Mas ele está ofendendo você, você não vai dizer nada!?” Ao que Buda respondeu: “Ele não está falando comigo”.

Essa expressão, “ele não está falando comigo”, parece-me encontrar profundamente o espírito da psicanálise. Justamente por isso não pode ser mal-entendida e tem de ser pensada, é claro, no universo da psicanálise. Nesse universo, ela indica a necessidade de um distanciamento, por parte do analista, tanto em relação ao analisando quanto em relação a si mesmo. Alguém só pode distanciar-se do outro na medida em que é capaz de distanciar-se de si mesmo. Distanciar-se de si mesmo, por sua vez, supõe uma imensa capacidade de

desapego emocional e de discernimento intelectual. Muito diferente de um descaso ou desinteresse, trata-se de uma qualidade essencial para que a análise aconteça. Colocar-se na posição de depositário e espelho do desejo de um outro é um grande compromisso, silencioso, invisível e desconfortável.